



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

SARA RUSSINHOLI SANTOS

**MEMORIAL: DO ENSINO PROFISSIONAL À
EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA.**

UBERLÂNDIA – MG
2021

SARA RUSSINHOLI SANTOS

**MEMORIAL: DO ENSINO PROFISSIONAL À
EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado como requisito parcial de avaliação
em Monografia I e II do Curso de Pedagogia, na
modalidade Educação à Distância da
Universidade Federal de Uberlândia.

Prof. Orientador: Sauloéber Társio de Souza

UBERLÂNDIA – MG
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

**MEMORIAL: DO ENSINO PROFISSIONAL À
EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA**

Uberlândia, 04 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sauloéber Társio de Souza
(ORIENTADOR)

Profª. Msc. Monalisa Lopes dos Santos Coelho

Profª. Dra. Tamiris Alves Muniz

“Dedico este memorial, inteiramente aos meus pais, que nunca mediram esforços e foram os meus maiores incentivadores para as realizações dos meus sonhos. Muito obrigada!”

"A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces." (Aristóteles)

RESUMO

Os temas de pesquisa abordados neste trabalho versam sobre a escrita de um memorial, e o histórico do ensino profissional no Brasil. Este trabalho foi desenvolvido durante a disciplina de Monografia I e II –Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para o semestre de conclusão do Curso de Pedagogia na modalidade de Educação à Distância (EaD) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O presente Memorial tem por objetivo principal apresentar as minhas vivências acadêmicas entrelaçadas, com as minhas experiências pessoais, escolares e profissionais, por considerá-las preponderantes para a minha formação humana, e como fatores decisivos para que eu pudesse ingressar na universidade, e chegar à esta etapa de formação em nível superior na minha vida. Esta pesquisa constitui-se como um dos requisitos exigidos pelo Curso de Pedagogia EaD na UFU. Neste memorial, discorro inicialmente sobre as minhas origens, as circunstâncias que permearam a minha vida e onde realizei a maior parte da minha formação. Em seguida, entrando no principal objeto deste trabalho, como discente UFU, descrevo a minha trajetória institucional e minha escolha do tema a ser aprofundado sobre a Educação Profissional que é o que me motivou a apresentá-lo neste trabalho. Por fim, faço algumas considerações que objetivam finalizar sobre como foi este processo formativo neste curso. Neste trabalho de abordagem qualitativa, utilizei como metodologia de pesquisa a narração da minha trajetória de vida inicial até a chegada no Curso de Pedagogia Ead na UFU, e também a revisão bibliográfica sobre a história do ensino profissional no Brasil.

Palavras-chave: Memorial, Curso de Pedagogia, História da Educação Profissional, Vivências pessoais e acadêmicas, História do ensino profissional no Brasil.

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Memorial	9
2.1 Nascimento e Infância	9
2.2 A minha adolescência e fase escolar	14
2.3 Minha carreira Profissional	16
2.4 Ingresso no Curso de Pedagogia EaD na UFU	19
3. Breve Perspectiva Histórica do Ensino Profissional no Brasil	20
4. Considerações finais	31
Referências	32

1-INTRODUÇÃO:

Os temas de pesquisas abordados neste trabalho versam sobre a escrita de um memorial, e o histórico do ensino profissional no Brasil. E compreende um conjunto de análises e reflexões teóricas sobre a educação para o trabalho, ou educação profissional. Traz o resgate e o percurso histórico do Brasil na modalidade de ensino profissional, considerando sua inserção em um contexto internacional que fez com que sofresse importantes mudanças. Este trabalho comporta aspectos e acontecimentos essenciais para a história da educação profissional em nosso país.

Para o desenvolvimento deste trabalho, busquei fundamentação em diversos autores que discutem o contexto educacional referido acima. Este estudo é composto também por um memorial que descreve em detalhes desde o meu nascimento até o ingresso na universidade com o intuito de receber uma formação acadêmica.

Esta narrativa tem por objetivo principal apresentar as atividades que desenvolvi durante a minha vida acadêmica as minhas vivências acadêmicas entrelaçadas com alguns relatos de momentos vivenciados no campo pessoal, com as minhas experiências pessoais, escolares e profissionais, por considerá-las preponderantes para a minha formação humana, e como fatores decisivos para que eu pudesse ingressar na universidade, e chegar à esta etapa de formação em nível superior na minha vida. Temos como objetivos secundários a pretensão de contextualizar o percurso e a evolução do ensino profissional no decorrer dos séculos, com a origem deste tipo de ensino; compreender a evolução da mão de obra com escolas específicas para fim de atividades profissionais.

Neste trabalho de abordagem qualitativa, utilizei como metodologia de pesquisa a narração da minha trajetória de vida inicial até a chegada no Curso de Pedagogia Ead na UFU, e também a revisão bibliográfica sobre a história do ensino profissional no Brasil.

2. MEMORIAL

2.1 Nascimento e infância

Eu nasci no dia 7 de setembro de 1988 na cidade de Uberlândia – MG uma linda garotinha com um sinal de nascença na barriga, que mais tarde ela mesma chamaria de “tinta”, antes de começar minha trajetória vou trazer uma breve descrição sobre a cidade que eu amo, com dados extraídos do portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia, <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/institucional/conheca-uberlandia>.

O Município de Uberlândia está localizado na região do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais. A origem da cidade está ligada à ocupação de bandeirantes nos primórdios do século XIX. Esses grupos buscavam a ocupação territorial e a exploração do então Sertão da Farinha Podre. As terras que deram origem aos primeiros povoados pertenciam à Fazenda do Salto, cuja dona era Francisca Laves Rabello, viúva de João Pereira da Rocha. O povoado que se formou na Fazenda do Salto recebeu o nome de Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro. No ano de 1852, através da Lei nº 602, o povoado foi elevado a arraial de São Pedro de Uberabinha, subordinado ao município de Uberaba. Em 1857, a partir da Lei nº 831, o arraial passou a ser freguesia e foi emancipado politicamente. Finalmente, no dia 31 de agosto de 1888, por meio da Lei nº 4.643, foi criado o Município de Uberlândia. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ano de 2017 a população estimada de Uberlândia era de seiscentos e setenta e seis mil e seiscentos e treze (676.613) habitantes. Segundo o último censo, realizado no ano de 2010 pelo IBGE, haviam seiscentos e quatro mil e treze (604.013) cidadãos em Uberlândia. O município expande-se por uma área 4.115,206 Km² e possui uma densidade demográfica de 146,78 (hab/km²), segundo dados do IBGE (2010).



Figura 01. Imagem aérea de Uberlândia-MG (1942)

Fonte: Acervo de João Quituba, 1942 Disponível em :

<<https://www.curtamais.com.br/uberlandia/20-fotos-rarissimas-de-uma-uberlandia-que-voce-provavelmente-nao-conheceu>>. Acesso em 28 ago 21.

Filha de Edson Evangelho dos Santos e Joana Darc Silva que se conheceram em um pensionato na cidade de Uberlândia, meu pai nasceu em Maringá-PR e minha mãe em Miguelópolis-SP. Ambos tiveram uma infância muito difícil na extrema pobreza, com familiares severos que por muitas vezes os agrediam fisicamente. No tempo do nascimento dos meus pais era comum os filhos mais velhos cuidarem dos mais novos, começarem a trabalhar ainda crianças, por vezes o trabalho manual e pesado como, por exemplo, buscar lenha no meio do mato. Com muita luta e dificuldades ambos conseguiram bons empregos mesmo tendo estudado pouco. Meu pai ainda jovem veio para Uberlândia trabalhar na Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) e minha mãe aos 19 anos se tornou funcionária pública ingressando como auxiliar de enfermagem na Universidade Federal de Uberlândia.

Primeiro nasceu minha irmã, no ano de 1986, dois anos mais tarde veio meu nascimento. Em 1989, quando eles se casaram e deixaram o pensionato onde viviam para construir seu próprio lar.



Figura 02. Eu e a minha família (2014).

Fonte: Acervo particular.

Nascemos em um lar cristão e frequentávamos inicialmente a Igreja Batista Memorial, situada no bairro Planalto. Fui criada no bairro Pacaembu, me lembro ainda das ruas sendo asfaltadas, minha mãe relembra que quando nos mudamos, eu ainda bebê, e não havia ruas asfaltadas no bairro.

Nossa casa era uma casa de conjunto habitacional popular continha três quartos,

quintal de terra, em um bairro tranquilo, aos poucos foram surgindo pequenos comércios, além disso, em frente à minha casa havia uma chácara com muitos pés de frutas, minha árvore preferida era um pé de abacate, alguns anos depois a chácara foi vendida e construíram muitas casas naquela área, decidi que não gostaria de nenhum dos moradores dessas casas porque derrubaram o pé de abacate.

Tenho breves recordações da minha babá “Ufinha” seu nome na verdade é Lucimar e as pessoas a chamavam de Lucinha e nós (eu e minha irmã) no início da aprendizagem das palavras pronunciávamos assim como essa. Considero que tive uma boa infância, longe de ser abastada, mas, cheia de muitas regalias e tudo de bom e melhor que o dinheiro possa comprar, porém, o essencial estava presente: Deus, minha família, muito amor, segurança e amigos. Esses sim, são bens mais preciosos que o dinheiro não pode comprar, e que fazem a vida realmente ter sentido.

Minha primeira escola foi na Escola Sesi Uberlândia e minha primeira professora a Tia Maria José. Era muito meiga, doce e paciente conosco. Minha turma era o Jardim de Infância II na parte da tarde, e eu tinha 4 anos. Lembro-me que havia uma horta, e dentre as verduras e hortaliças me recordo das cenouras bem alaranjadas e docinhas! Lembro-me ainda do escorregador de lata que vivia machucando nossas pernas. Brincávamos de brincadeiras infantis como: cirandinha, pique-pega, cantigas de roda, dentre outras. Ainda no Jardim de Infância aprendi a escrever meu nome de trás para frente, (de forma espelhada), uma letra bem enganchada, que anos mais tarde não seria corrigida nem com muitos cadernos de caligrafia.

Do Jardim de Infância fui para a Pré-escola em uma escola particular, Colégio Casinha de Abelha. Minha professora, a tia Teresa, era mais severa, não dava colo, as vezes gritava, certa vez fugi da escola, me pegaram na esquina, tinha ido atrás da minha mãe porque não queria ficar naquela escola. Por fim me acostumei, me adaptei à nova rotina. Eu amava o material didático, por meio dele aprendi a ler e escrever ainda com 5 anos de idade e não me conformava que a mulher do cavalo que estava em um dos textos, era a égua e não a “cavala”. Na Pré-escola tive minha primeira formatura e minha primeira valsa.

Na primeira 1ª série passei do Ensino Fundamental para a Escola Estadual Bueno Brandão onde fiquei até o fim do Ensino Médio. No ano de 1994 comecei a usar o transporte público, minha irmã também já estudava nessa mesma escola, e íamos juntas, só nós duas, na época ainda não havia esses terminais que estão distribuídos pela cidade, pegávamos o ônibus na rua de cima da nossa casa e descíamos na praça Tubal Vilela, no centro da cidade de Uberlândia-MG bem de frente para a escola.



Figura 03. Escola Estadual Bueno Brandão (2013)

Fonte: Acervo de Antônio José Cordeiro de Freitas ,2013

<<https://cordeirodefreitas.files.wordpress.com/2013/08/imagem2.jpg>>. Acesso em: 25 out. 21.

Minha professora tia Neli, nos ensinava francês e fazia mousse de maracujá, se não me engano as sextas feiras, nossas carteiras tinham forrinhos do Mickey. Na segunda série novamente uma tia Maria José, a qual eu jurava ser a mesma do jardim de infância, mas não era. Não tenho recordações da terceira série, pelo menos não agora ..., mas já tive!

Quando ingressei na quarta série tive uma professora muito brava tia Zeli, muito branca, olhos verdes, ela ficava bem vermelha quando gritava e estava brava. Ministrava aula de ciências e matemática, recordo-me que tinha uma outra professora, mas não me lembro o nome. Se não estou muito enganada na quinta série já tínhamos Geografia como disciplina, e dentre as atividades tínhamos de fazer mapas e eu sempre fui péssima para desenhar, terceirizava essa parte das tarefas para “Ufinha” que já não era mais minha babá, mas ficou como parte da família. Uma das memórias mais marcantes que tenho dessa época foi sem dúvida a sexta 6ª série do Ensino Fundamental, destacam-se duas professoras, Olguinha e Eloísa. Olguinha era extremamente irreverente, divertida, falava claramente com alunos, as aulas muito dinâmicas, uma fala muito marcante dela era: “ o dia em que colocar um aluno para fora da sala de aula, eu rasgo meu diploma! ”Olguinha era negra, bem magrinha e baixinha, muito querida pelos alunos e todos os funcionários da escola. Já a professora Eloísa, tinha um ar de arrogância, olhos verdes a pele bem branca e extremamente preconceituosa, um momento que marcou minha memória, é que havia uma aluna negra na sala e ela raspou a cabeça e foi com um chapéu para a escola e a professora fez ela tirar esse chapéu no meio da aula na frente da turma, na intenção de ridicularizá-la , me lembro que ela chorava e sentia vergonha , mas a turma toda começou a elogiá-la, dizendo que estava legal, que tinha ficado bonito para a surpresa dessa professora.

Nesta etapa do Ensino Fundamental, minha irmã já estudava no período matutino, eu só passei a estudar na parte da manhã no primeiro Colegial, o atual Ensino Médio.

Até aqui já pensava em várias profissões, já quis ser bailarina, vendedora de loja, dona da loja, modelo, atriz, médica ... a cada temporada eu tinha uma nova profissão em mente. Fui uma boa aluna, tinha boas notas me esforçava bastante, às vezes dormia em cima dos cadernos terminando as tarefas de casa.

Por ser assim, certa vez uma professora já na sétima série, deixou toda a turma de castigo depois da aula, resultando meu atraso para chegar em casa, meu pai me esperando bravo porque eu estava atrasada, expliquei o motivo e disse que não era minha culpa. No outro dia ele foi tirar satisfação na escola, pois se a arte não era minha a penalização também não cabia a mim, nunca mais me deixaram de castigo com a turma, acredito que a professora tenha repensado seu modo de penalizar seus alunos, de modo que os bons não pagassem pelos maus.

Já na 8ª série do Ensino Fundamental começaram os sinais de que o Colegial estava chegando, uma leve introdução à Física, que seria o meu pesadelo! Uma das disciplinas em que mais senti dificuldade na minha vida. Em Biologia havia um professor chamado Geraldo, muito descolado, xingava os alunos, mas era muito querido por todos, anos mais tarde soube que viera a falecer.

Nesse período eu já frequentava uma outra igreja, na rua da minha casa mesmo, a Igreja do Evangelho Quadrangular, ali fiz parte do grupo de coreografia, de dança e dei aula na escola bíblica dominical. Minha mãe passou a frequentar essa igreja e meu pai continuou na Igreja Batista Memorial, e eu vivia dividida entre uma e outra, contudo, nos acampamentos de carnaval eu sempre participava nessa Igreja Batista.

2.2 A minha adolescência e fase escolar

No ano de 2003, ingressando no Colegial, já percebi muitas mudanças, era tudo muito diferente, um pouco mais de responsabilidade e ousadia também, as disciplinas se tornaram mais complexas, os alunos já não eram tão ingênuos, na adolescência e suas complicações, eu era muito tímida, mais calada, tinha boas notas.

Uma delas havia estudado no ano anterior com minha irmã e foi reprovada, por isso estava na minha turma neste ano em que cursava o primeiro colegial, anos mais tarde ela se tornaria minha cunhada. Junto dela havia mais duas garotas, descoladas, faladeiras, mas com notas ruins, o resultado foi que quando nos sentávamos todas na mesma fileira, eu fazia minha

prova e não podia colocar o nome, eu finalizava a prova e como um raio, uma mão puxava a prova por cima da minha cabeça e eu começava a fazer a prova novamente, dessa vez com meu nome, e assim iam passando para os outros, com uma agilidade de fazer inveja.

Lembro-me nesse mesmo ano de 2003, que havia uma colega que ficou de recuperação em matemática e o trabalho final fui eu quem fiz para ela, e ela conseguiu passar de ano. Fomos para o segundo Colegial, mas fomos separadas me colocaram em uma sala e as meninas que formavam meu trio, uma desistiu da escola para fugir com um namorado, aí já não éramos quatro, fechamos nosso trio e fomos até o fim do colegial. Pedi para trocar de sala e voltei a estudar com minhas amigas, nesse ano meus pais se divorciaram, e eu sofri bastante, conheci a bebida alcoólica, minhas notas já não eram tão boas, principalmente nas áreas das Ciências Exatas.

Meu pai se mudou para a Bélgica, eu brigava muito com minha irmã e o caos estava instaurado dentro de casa. Poucos meses depois meu pai voltou ao Brasil, eu conquistava meu primeiro namoradinho que não durou muito tempo. Meu pai sempre foi muito severo, mas as coisas perderam um pouco de controle, pelo menos era essa impressão que eu tinha, em como minha família ficou desestruturada.

Meus pais sempre trabalharam muito. Eu sentia muita falta da presença da minha mãe, no dia a dia, ela sempre estava estressada e cansada, e com razão, certas coisas eu só compreenderia quando chegasse a minha vez.

Meu pai era muito bravo, mas muito amoroso, tinha mais paciência, penteava meu cabelo, fazia trança, deixava eu fazer lacinhos no cabelo dele enquanto ele tinha, anos mais tarde a calvície começava para ele.

Nesse período eu e minha irmã começamos um Curso de Informática Básica e depois ingressamos na ICASU (Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia), para fazer outro curso profissionalizante de Auxiliar Administrativo. Estudávamos no período da manhã e três vezes por semanas na parte da tarde íamos ao curso que era pela região central mesmo, almoçávamos por lá mesmo para não termos que voltar em casa.

No meu aniversário de 15 anos meu pai não estava presente, não tive a festa dos sonhos das debutantes, foi um aniversário simples mesmo com alguns amigos em casa. Eu sonhei por muito tempo com uma bela festa, um vestido maravilhoso, mas entendi que naquele momento não era possível.

No último ano do Colegial nosso trio estava firme e forte junto a turma do fundão, na disciplina de português eu fazia duas redações em 50 minutos, a minha e a da minha amiga que tinha muita dificuldade. Tentava ao máximo ajudar meus colegas, passando as famosas

“colas”, certa vez a professora de Português viu e tomou minha prova.



Fonte: Acervo pessoal

Figura 04. Minha formatura no Colegial (2005).

Meu pai de volta à cidade comprou uma lanchonete, eu saía da escola, e ia ajudá-lo, chegava em casa muito cansada, dormia na aula, chegava atrasada na escola, não me deixavam entrar, meu pai tinha que ir pedir autorização e explicar que eu ajudava ele no trabalho.

Meus pais se casaram novamente, nessa época, costumava brincar com a minha mãe. Ela é a mulher mais corajosa que conheço, além de se casar pela segunda vez, se casou com o mesmo marido.

Finalizado o Colegial, ingressei em um Cursinho Pré-vestibular no Colégio Nacional, ali vi como diferente o ensino particular, me sentia muito perdida, tinha a impressão que não havia estudado tanta coisa.

Para conseguir pagar o cursinho comecei a trabalhar informalmente em uma fábrica de luvas de raspa, essas usadas como EPI (Equipamento de Proteção Individual). Ficava na rua de cima da minha casa, eu trabalhava meio período. Na época do Colegial havia o PAIES (Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior) que substituíam o vestibular da UFU, uma prova a cada ano do Colegial, porém, eu não passei. No primeiro vestibular também não. No segundo fiquei na lista de espera, em quarto lugar, havia prestado para Letras, chamaram três pessoas da lista, depois não acompanhei mais.

2.3. Minha carreira profissional

Com 18 anos consegui meu primeiro emprego formal, fui trabalhar em uma escola de cursos técnicos - Faculdade do Trabalho, comecei na recepção, passei a vender os cursos por telefone, depois fui para a secretaria, trabalhava com as documentações da escola, refazia os diários dos professores e atendia as demandas dos alunos. Trabalhava 8 horas por dia, levava marmita, saía do trabalho e ia para o Cursinho Pré-vestibular, mas já estava tão cansada que mais dormia do que prestava atenção nas aulas.

Nesse período comecei a namorar a pessoa que se tornaria o meu marido, ele era ex aluno desta instituição de ensino (Faculdade do Trabalho) e trabalhávamos no mesmo quarto.

Meu primeiro salário foi de R\$354,00 (trezentos e cinquenta e quatro reais) fiquei nesse emprego por um ano, quando não passei no vestibular, optei por fazer um curso técnico em Segurança no Trabalho, na escola onde eu trabalhava no ano de 2007. Por um período trabalhei manhã e tarde/noite, eu trabalhava das 8 horas até às 12 horas da manhã, e voltava para casa, depois eu retornava para o trabalho das 17 horas até às 22 horas. Até que me disseram que deveria escolher trabalhar ou estudar, porque eu não poderia voltar ao horário comercial, o curso só era ofertado no turno da manhã ou no turno da noite, optei por continuar o curso e fui demitida, a vantagem é que continuei com o desconto de funcionária, minha mensalidade era bem mais barata que a dos demais alunos.

Nos meses seguintes peguei as parcelas do seguro desemprego e no último mês, consegui um novo emprego como analista de crédito no Bradesco Cartões fixado em um *call center* de Uberlândia-MG. O salário era bem melhor do que o emprego anterior, trabalhava 6 h por dia, tinha benefícios como ticket alimentação, convenio médico e odontológico. Aos poucos fui crescendo profissionalmente, ganhando promoções que por consequência aumentavam meu salário.

No ano de 2010 me casei, e só no ano seguinte consegui realizar meu estágio do curso técnico. Fiz o estágio na construção da segunda torre do Hotel Plaza, a maioria dos operários eram ex presidiários, eles não se importavam muito com essa questão da segurança no trabalho e sempre havia um atrito com o técnico de segurança do trabalho responsável pela obra. Aproveitando o ensejo do curso me candidatei a membro da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) da empresa, fui eleita e estava sempre atenta para colocar em prática um pouco do que tinha aprendido na minha formação técnica.

No ano de 2012 ingressei no IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro) cursando Licenciatura em Computação, amei a instituição, o curso, a diretora era maravilhosa os professores muito dedicados, meus colegas super prestativos, eram a maioria homens, havia poucas mulheres que foram saindo aos poucos e por fim, só restou eu na turma, mas também infelizmente não consegui finalizar, faltando 3 semestres para concluir. Fui promovida no emprego e teria que mudar de cidade, neste período também meu marido pediu o divórcio bem na porta da faculdade em um dia de prova. Mudar para mim era como se fosse um novo recomeço. Mudei-me para Capinópolis-MG em 2014, fui trabalhar numa agência bancária, mas continua no Banco do Bradesco e agora em nova função fora do *call center*. O salário era 3 vezes do que eu salário que eu ganhava, os benefícios também superavam qualquer coisa que eu já tivesse conhecido, eu não era a melhor candidata na época, não havia concluído minha graduação, o que eu cursava não tinha haver com a função que seria executada, lembro-me que minha concorrente falava Inglês fluentemente, contudo, eu falava Inglês muito mal, apenas o básico, foi uma grata surpresa essa promoção.

Não foi nada fácil, costumo dizer que foi o melhor salário, mas o pior lugar para se trabalhar de todos os que passei. Existe uma cobrança por metas absurdas, um cansaço mental infinito, não é de todo ruim se trabalhar no sistema bancário, mas é muito estressante sem sombra de dúvidas.

Quando transferida de Uberlândia- MG, para Capinópolis- MG, para trabalhar na agência bancária, eu até tentei transferir o curso para o IFTM em Ituiutaba, era a cidade mais próxima que tinha faculdade, mas cursei só um semestre e desisti. Aqui em Uberlândia meu curso era presencial, lá era à distância e para aquele curso não me adaptei, não estava no meu período, eu fazia as solicitações e não aproveitavam minhas disciplinas já cursadas. O atendimento e a qualidade de ensino de um campus para o outro fez muita diferença, por fim desisti. Entrei para trabalhar na agência do Banco do Bradesco como escriturária, com 3 meses recebi outra promoção passei para a função de caixa.

Eu sempre voltava aos finais de semana para Uberlândia, durante a semana morava com a Dona Inácia, mãe da corretora de seguros da agência bancária em que eu trabalhava. Dona Inácia foi fantástica comigo mãe de 5 filhas, costumava dizer que ela tinha me adotado.

Passados 9 meses em que estava trabalhando em Capinópolis, meu ex marido, mas agora atual marido se arrependeu do divórcio, que no fim das contas não havia sido efetivado por falta de uma assinatura. Voltamos a ser casados, mas em casas separadas, continuei morando em Capinópolis durante a semana e aos fins de semana voltava para Uberlândia.

Com pouco mais de 1 ano de promoção fui promovida novamente à supervisora administrativa, fiquei muito feliz e era sempre muito elogiada no trabalho. No ano de 2017 me foi proposto um cargo de gerência, mas recusei, pois, a cidade estava muito distante e não era minha intenção ir para longe. Neste mesmo ano engravidei, com 14 semanas de gestação descobri uma arritmia cardíaca, e a cidade em que estava não oferecia recursos para que eu pudesse receber tratamento adequado em eventual necessidade. Esta arritmia é de nascença, mas eu nunca saberia se não fosse a gravidez, que foi classificada como alto risco, por perigo a saúde do bebê em caso de crise de arritmia. Com um laudo médico, consegui trabalhar aqui em Uberlândia, e por conta da condição de funcionária “emprestada” não fui transferida para outra cidade.

2.4 Ingresso no Curso de Pedagogia EaD na UFU

Aos 7 meses de gestação fiz o vestibular para o Curso de Pedagogia na modalidade de Educação à Distância (EaD), em dezembro de 2017 iniciamos o curso.

No oitavo mês da gravidez foi necessário uma intervenção cirúrgica, devido a um cálculo renal, coloquei um cateter chamado “duplo J”, depois da cirurgia fiquei afastada até o fim da gestação, era muito incômodo aquele cateter, andar era terrível, a barriga já estava imensa, enfim uma situação muito ruim.

Em janeiro meu pequeno milagre nasceu, Efraim, saudável e lindo! Na primeira prova que fiz depois do seu nascimento, levei ele comigo e minha tutora Vanilda, ficava balançando ele enquanto eu fazia a prova, mas as vezes não tinha jeito era hora de amamentar. É sempre importante contar com o apoio de alguém nestes momentos, às vezes meu marido ia comigo e ficava com o bebê no carro, às vezes meu pai nos acompanhava. A jornada da maternidade aliada ao trabalho e estudo foi um sufoco.

Findada a licença maternidade, não consegui a transferência para trabalhar em Uberlândia-MG, voltei para Capinópolis-MG. Antes foi um impasse se eu deixava o emprego, se continuava e meu marido pediu transferência para trabalhar em Ituiutaba-MG, porque era a cidade mais próxima que ele conseguiria para ser transferido já que a profissão dele era bombeiro militar.

Com um mês de trabalho, Efraim tinha uma consulta aqui em Uberlândia, quando estávamos voltando para Capinópolis, muito perto da entrada da cidade, capotei o carro na rodovia. O carro deu perda total. Meu filho Efraim sofreu um traumatismo craniano gravíssimo, e ficou entre a vida e a morte por muitas vezes, sendo que, no decorrer de dois anos ele fez quinze cirurgias. Na primeira internação ele ficou 70 dias, sendo 50 deles na UTI.

Nesse período eu pensei em trancar o curso e bem provavelmente eu não teria voltado. Conversei com minha tutora, expliquei a situação, eu não tinha finalizado todas minhas atividades e ela então me disse: “Estuda para prova e vem fazer as provas”. Eu fiz o que conseguia, estudei da maneira que pude e fui fazer as provas e por fim deu tudo certo, aos trancos e barrancos. Apesar de todos esses acontecimentos relatados até o presente momento do texto, em que detalhei as minhas experiências pessoais, escolares e profissionais, e as minhas vivências acadêmicas na minha jornada até aqui, acredito que consegui chegar até o Curso de Pedagogia, porque sempre tive a intenção de progredir profissionalmente, sabendo que estudar sempre foi o melhor caminho na minha opinião, e por isso, trabalhar e estudar ao mesmo tempo sempre fizeram parte da minha escolha pessoal.

3. BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL ¹

O histórico da educação profissional no Brasil é carregado por repetições que percorrem várias gerações. O início da história da educação brasileira até a década de 1930, com relação à formação profissional, foram marcados pela colonização europeia. Desde essa época, havia a necessidade de uma força trabalhadora para os trabalhos manuais e inclusive para estes trabalhos realizavam-se uma busca compulsória de pessoas mais humildes, em preferência, moradores de rua (em sua maioria) índios e negros escravizados, retirando-os da rua e formando um contingente de diversos trabalhos inclusive de marinheiros para servirem aos comandos do governo nas batalhas em guerras. Assim, a “nossa sociedade se construiu sobre um regime escravocrata perverso, além disso, não havia um sistema de educação, já que ao negro não era permitido o acesso às letras, por este não ser considerado um cidadão de direito.” (LIMA, 2013, p.123)

Nesta as relações escravistas de produção estiveram presentes por mais de três séculos e marcaram de modo significativo a construção das representações sobre o trabalho, a atividade primordial do homem, como ser social e histórico, que reforçavam a classificação entre trabalho manual e intelectual. Havia um enorme preconceito com todo e qualquer trabalho manual, “tudo que fosse delegado a um escravo ou mestiço considerado um trabalho desqualificado”. (LIMA, 2013, p.123).

Neste período imperial não havia preparação alguma da sociedade para receber todas as transformações radicais pelas quais passariam os trabalhadores formais e informais. O

¹ Essa seção do texto foi construída em parceria com a colega do Curso de Pedagogia Tatiana Evangelista Teixeira.

trabalhador foi envolvido num jogo de interesses comerciais e políticos, que nunca o favoreceu.

No Brasil, a formação do trabalhador teve seu início no período da colonização do país, tendo como primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, considerados as classes mais baixas da sociedade. À elite estava destinada a educação propedêutica, de caráter acadêmico, preparatória para a continuidade dos estudos. A consideração do trabalho manual como uma atividade indigna, sob a ótica dessa elite, predispunha ao repúdio em relação às atividades artesanais e manufatureiras como a carpintaria, a serralheria, a tecelagem, a construção, entre outras. (VIEIRA e SOUZA JÚNIOR, 2016, p.154).

Após a abolição da escravatura e em busca de uma vida melhor, o êxodo rural ocorreu massivamente, pois havia agora, também pessoas que estavam jogadas à própria sorte por não estarem sendo escravizadas nas fazendas. “Com as profundas alterações nas relações de produção e capital, a necessidade de difusão das técnicas, preparando gerações futuras para a continuidade dos ofícios, se tornou imperiosa.” (VIEIRA e SOUZA JÚNIOR, 2016.pg 153). Com isso e também a entrada da industrialização no país, entre o século XIX e XX, foram surgindo os centros urbanos. E uma parte destas pessoas que ficaram à mercê de sua própria sorte, começaram a ser direcionadas as indústrias.

O aumento de gastos públicos, a queda dos preços internacionais, o aumento e desenvolvimento de novas tecnologias, exigiu uma nova força de trabalho, apesar de ainda ser manual, este trabalho seguiria alguns pontos alinhados às novas técnicas de produção.

O período Republicano marcado por um salto industrial e de urbanização com construção das malhas ferroviárias, de indústrias e usinas e a modernização tecnológica, pedia também qualificação profissional. As chamadas escolas de ofícios cederam espaço para as redes de ensino profissional, que deveriam atender aos futuros trabalhadores assalariados que não demoraram muito para se organizar e aderirem a movimentos grevistas. (LIMA, 2013, p.112)

Um processo que produzisse mais gerando mais lucro. E para que isso ocorresse, era necessária uma formação de base técnica que pudesse compensar o mínimo de trabalho intelectual que o maquinário exigia. Por consequência desta movimentação nos meios de produção, a educação era concebida como mola propulsora do progresso de modernização da capacidade de produção e também na tentativa de democratização e universalização do conhecimento, no entanto, continuava sendo um sonho distante para os segmentos de baixa renda.

A educação profissional no Brasil se consolidou a partir da Revolução Industrial entre o fim do século XVIII e início do século XX, já deixando claro que a mão de obra operacional

estava subjugada ao poder do capitalismo, dos senhores das classes dominantes, o que levava e ainda leva a discrepância das classes sociais. “Institui a educação profissional para o atendimento das necessidades do progresso, entendendo que quanto mais o povo trabalha menos tempo possui para reivindicação, não há espaço para pensamentos críticos.” (LIMA, 2013, p.123)

O período da Revolução Industrial trouxe profundas transformações no setor econômico, na indústria têxtil afetando diretamente o setor produtivo, essas transformações interferiram diretamente na estrutura social da população, favorecendo o poder político por parte da burguesia que seguidamente, monopoliza fortemente o poder econômico.

A educação profissional conhecida, hoje, iniciou sua consolidação em meados do final do século XVIII, a partir da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, que marca a transição para novos processos de manufatura, passando da produção artesanal para a produção por máquinas. Surgiram, assim, os teares gigantes e as locomotivas a vapor (“Maria fumaça”). Era possível não só produzir com maior rapidez, como também transportar pessoas e mercadorias num tempo mais curto e com custos mais baixos do que anteriormente. (VIEIRA e SOUZA JÚNIOR, 2016, p.153).

Com o início oficial em 1909, a educação profissional no Brasil, foi apresentada como instrumento de capacitação. Em 1910 estavam disponíveis cursos para capacitação como: tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices. “A partir da disseminação das escolas de Artes e Ofícios, as técnicas passaram a ser sistematicamente difundidas com o intuito de preparar gerações para a continuidade dos ofícios”. (WITTACZIK,2008, p.84).

Embora considerado como referencial histórico para a educação profissional, a década de 1930 e 1940 não era suficientemente adequada ao processo vivido pelos trabalhadores. Abordando especificamente o ensino profissional, técnico e industrial, a partir de 1942, a Reforma Capanema, pelo Decreto-lei n.º 4.422 (BRASIL, 1942), remodelou o ensino no país, deixando o ensino secundário todo voltado ao tecnicismo, seja ele comercial, industrial e agro técnico, sem habilitá-lo para o ensino superior.

Em 1943, foi criada a Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. O Sistema S4, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), deram um impulso a educação voltada ao trabalho, porém, “o Sistema “S”, também possui objetivos disciplinadores através do ensino profissionalizante”, (LIMA, 2013, p.123), mantendo os estudantes da classe pobre, no

seguimento de trabalho manual. Assim, deixa evidente que a educação profissional no Brasil, está voltada ao desenvolvimento estratégico comercial em diferentes áreas da produção em diferentes níveis e modalidades, estando firmada pela Lei n.º 11.741/2008, nos artigos 39 e 42, que definiram como a educação profissional e tecnológica brasileira. Nos anos seguintes à criação dessas escolas, houve sucessivas mudanças na legislação que regulamentava essa modalidade de ensino no que se refere a questões administrativas e pedagógicas, através de portarias, decretos e regulamentos.

No decorrer dos anos o Ensino Profissionalizante continuou a ser ofertado pela Rede Federal, entretanto durante os anos houve mudanças de nomenclaturas, de Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a ser denominadas Liceus Profissionais, depois Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até chegar aos dias atuais, com a Educação Profissional fornecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo sempre como objetivo a formação Profissional e nos dias atuais a formação Profissional Científica e Tecnológica. Dada a sua importância a nova Lei do Ensino Médio, nº 13.415 de 16/02/2017, traz modificações também para a Educação Profissional, sendo uma das mais significantes é a redução da carga horária dos Cursos de Educação Profissional. (GARCIA et al, 2018, p.03)

Os Centros Federal de Educação Tecnológica – CEFETs, eram mencionados anteriormente, como antigas Escolas Técnicas Federais – ETFs. E depois da mudança acarretada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, houve a extinção do chamado “ensino integrado” que fazia a junção de disciplinas básicas curriculares do ensino e do ensino profissionalizante. Sendo o “Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio propõe ensinar os conteúdos culturalmente acumulados e ser a base profissional que capacita o jovem para ingressar no mercado de trabalho e dar prosseguimento aos estudos” (LIMA, 2013, p.109).

A partir daí a expressão Educação Profissional, que constava do artigo 39 da LDBEN, passou para Educação Profissional e Tecnológica. Essa alteração teve por objetivo redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. (VIEIRA e SOUZA JÚNIOR, 2016, p.159).

O governo federal, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), criou um modelo institucional inovador em termos de proposta político-pedagógica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008. Porém, conforme nos apontam os autores citados, em mais de 100 anos de história da educação brasileira observamos que, a evolução do ensino profissional e suas demandas por expansão e aperfeiçoamento da qualidade da formação

oferecida, percebemos que ainda temos muitas nuances desse ensino que precisam ser melhoradas, conforme reiteram os autores GARCIA et al (2018) no fragmento a seguir:

A Rede Federal de Educação Tecnológica ao longo de sua história sofreu muitas mudanças e vem evoluindo no decorrer de todos esses anos. Em 2008, a Lei n. 11892 de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Em seu Art. 2º a referida lei reforça a razão de ser dos Institutos Federais, uma vez que deverão fornecer educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, e serem especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, levando em consideração a conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas. (GARCIA et al, 2018, p.13).

A educação profissional no Brasil sempre esteve ligada ao retorno de capital que ela pode gerar. Em nome dessa elevação econômica da produção de bens materiais, estas políticas educacionais, juntamente com os organismos investidores, eram e ainda são elaboradas para oferecerem a formação de trabalhadores, para que haja a manutenção do sistema capitalista.

As estratégias para triplicar a oferta da educação profissional e tecnológica incluem a expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica incentivando a interiorização desse nível educacional também nas redes públicas estaduais de ensino, inclusive na modalidade a distância. Esta ação tem o objetivo de democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica pública e gratuita, com padrão de qualidade. (VIEIRA e SOUZA JÚNIOR, 2016, p.164)

No decorrer dos anos, com as reformas políticas, a ascensão do neoliberalismo, e o apoio financeiro de órgãos internacionais, a educação teve alguns avanços na legislação em favor de uma nova concepção das políticas públicas voltadas para a educação profissional. Mesmo assim, na prática observamos a predominância de uma postura ainda utilitarista da formação, a qual permanece inalterada na concepção de formar para o mercado de trabalho.

Por que ainda se busca a formação extremamente tecnicista, voltada ao trabalho, sem levar em consideração a condição humana de um desenvolvimento social e intelectual que realmente possa buscar a equidade social? A resposta para esta pergunta é a seguinte: Segundo Dominschek (2013, p. 123)“impossibilitar que os filhos da classe trabalhadora tivessem acesso a uma educação que os formasse para atuar como cidadãos conhecedores de seus direitos e que pudessem entender a importância de um povo atuante democraticamente nas decisões. ”

Condições como estas interpelam a nossa estrutura econômica, educacional e social. Os países de capital menos consolidado, trocam os projetos nacionais direcionados para a garantia dos direitos, assumindo a bandeira do neoliberalismo, e o Brasil aderiu essas nuances historicamente ao longo dos anos. Os custos da mão de obra e produção, salários baixos, a submissão dos governos (isenção de impostos, doação de áreas para instalação, privilégios) empresas detentoras de maior capital, buscam nos países mais pobres os empregos manuais e mal remunerados, enquanto as funções de gerência e planejamento, que lidam diretamente com pesquisa e produção de tecnologia, permanecem centralizadas nos países detentores do capital investidor.

(..) uma tendência de formação superficial do educando enquanto profissional, visando baixar os custos operacionais dos cursos técnicos, principalmente nas escolas federais, (...) que propõe uma profissionalização rápida, eficiente e de baixo custo, para atender às necessidades emergentes e mutáveis do processo produtivo, que, assim como se transforma de repente, prescinde de 67 trabalhadores com algum conhecimento técnico, porém com baixo custo, o que torna o seu trabalho efêmero e substituível (POLI, 1999, p. 81).

Pensando assim, o “Ensino Médio Integrado ao curso técnico é uma proposta capaz de superar a dualidade estrutural ou se torna a reafirmação da dicotomia entre ensino profissionalizante e propedêutico? ” (LIMA, 2013, p. 110). Como resposta a referida pergunta, entende-se que o ensino que só profissionaliza e tecnifica ações, não consegue superar as diferenças históricas de abandono escolar e desigualdade social que o Brasil enfrenta a tanto tempo. Consequentemente, entendemos que,

A educação integrada empregada em nossos bancos escolares visa à preparação para o mercado de trabalho e à possibilidade de acesso ao ensino superior, não se parte de uma contextualização das condições sociais causadas pela sociedade capitalista, e como a massa trabalhadora possui força de mobilização, existe aqui uma enorme contradição do que deveria ser a Educação Integrada e o que ela realmente é. (LIMA, 2013, p. 119)

Segundo a Lei Diretrizes e Bases da Educação nos artigos ficam configurados para a Educação Profissional:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.9 Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em

instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, ano 1996, p. 20)

Os cursos devem conter alguma articulação com os mercados de trabalho, que sejam capazes de qualificar os jovens numa dada área do saber técnico e profissional, unificada com os conhecimentos recebidos no Ensino Médio, ao mesmo tempo que os desenvolvem de maneira integral, pois, segundo Firmino (2005),

Com relação à articulação com o Ensino Médio, há uma contradição na proposta do MEC para o papel que cada uma das modalidades de ensino desempenha dentro da Reforma. Enquanto para o Ensino Médio é reservado o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania e à inserção no mercado de trabalho, ao Ensino Profissional cabe apenas o espaço preparatório para o mercado de trabalho. Ou seja, ao considerar a Educação Profissional complementar, o MEC separa os dois níveis de ensino e atribui ao Ensino Médio a tarefa de aglutinar os conhecimentos que historicamente os trabalhadores vêm buscando. (FIRMINO, 2005, p.24)

A maioria dos estudantes, não pode se dar ao luxo de se dedicar exclusivamente aos estudos, uma boa opção aos estudantes são os estágios remunerados, articulando o estudo teórico com a qualificação profissional, para a aquisição da prática no mercado de trabalho. Para isso, a perspectiva educacional visa desenvolver meios para uma aprendizagem permanente, que permita uma formação continuada, tendo em vista a construção da cidadania.

A educação profissional deveria complementar à educação básica, grande parte dos perfis profissionais propostos pelo setor produtivo, apresentam características muito vinculadas à formação geral do trabalhador, para o trabalho em grupo e para a adequação às constantes mudanças que se processam no mundo profissional. Por essa razão, as inovações educacionais, estão em consonância com objetivo de conseguir diminuir os obstáculos que a modernidade apresenta em nosso cotidiano. Pela lei brasileira, as agências de educação profissional “tem autonomia para organizar currículos e a oferta de cursos técnicos, desde que, seja devidamente referenciada, as Diretrizes Curriculares Nacionais”. (WITTACZIK, 2008, p. 84-85). De acordo com a referida autora: “a Política de Educação Profissional do MEC objetiva “[...] promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de

atividades produtivas (BRASIL 1997, p. 34) ” (WITTACZIK, 2008, p. 83).

Atualmente a rede federal de educação profissional e tecnológica está consolidada em todo território nacional com os,

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal. “[...] prestando um serviço à nação ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo” (BRASIL/ MEC/SETEC, 2017). Até 2002, já haviam sido construídas 140 escolas técnicas no Brasil, atendendo a 120 municípios. Com a expansão ocorrida desde 2002, o Ministério da Educação até 2010 criou 354 Campi atendendo a 321 municípios, a previsão é de 2011 a 2014 chegue a 514 Campi com atendimento a 512 municípios. (GARCIA et al, 2018, p.11-12)

A rede federal de educação profissional e tecnológica do Brasil passou por várias mudanças em todo este percurso até aqui apresentado,

Em 2008, a Lei n. 11892 de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Em seu Art. 2º a referida lei reforça a razão de ser dos Institutos Federais, uma vez que deverão fornecer educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, e serem especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, levando em consideração a conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas. Em 2008, em decorrência da instituição dos Institutos Federais, houve a maior expansão da Rede, sendo que esta etapa está prevista para finalizar em 2014. Hoje são aproximadamente 400 Campi em todo o país, ligados a 38 Institutos Federais, além de várias unidades avançadas. Em cursos técnicos (50% das vagas), quase a totalidade em forma integrada com o ensino médio, licenciatura (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podem também oferecer especializações, mestrados profissionais e doutorado, desde que voltados para pesquisa aplicada à evolução tecnológica (PACHECO, 2011). (GARCIA et al, 2018, p.13)

A lei nº 13.415 de 16/02/2017, traz um entendimento da nova estrutura do Ensino Médio,

Trata-se da reforma do Ensino Médio, a qual proporciona uma mudança estrutural no Ensino Médio, propondo melhorias para a educação. No que se refere à flexibilidade da grade curricular “o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos” (MEC, 2017). Originária da Medida Provisória nº 746, de 2016, de acordo com o Senado Federal. (GARCIA et al, 2018, p.14-15)

Esta nova lei, deixa bem claro que todo currículo deve estar alinhado à Base Nacional

Comum Curricular, BNCC que,

“uma parte de todo currículo seja comum e obrigatória a as escolas, e a outra parte terá flexibilidade, isto posto, pretende-se que a escola se aproxime mais da realidade do estudante, refletindo nas atuais demandas profissionais do mercado de trabalho. [...] “e, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho” (MEC, 2017). (GARCIA et al, 2018, p.14).

Em relação ao ensino profissional, a nova Lei mudou a carga horário que era de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas aula para 1200 (mil e duzentas) horas aula, fazendo o aproveitamento das disciplinas específicas do curso técnico para a complementação da carga horária. Assim, o novo Ensino Médio propõe,

[...] O novo ensino médio permitirá que o jovem opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino médio regular desde que ele continue cursando Português e Matemática até o final. E, ao final dos três anos, ele terá um diploma do ensino médio e um certificado do ensino técnico. (GARCIA et al, 2018, p. 14)

O profissional da atualidade deve exercer múltiplas tarefas em sistemas amplamente integrados e flexíveis. Combinando a capacidade de analisar os problemas, os imprevistos e com isso, produzir soluções criativas e imediatas, com a intenção de diminuir custos para os detentores do capital. Conseqüentemente, “é o Estado servindo ao capitalismo, incentivando os filhos da classe trabalhadora a se inserir no mercado de trabalho como operador de tarefas. Quanto aos filhos da elite, a educação é diferenciada. ” (LIMA, 2013, p. 117), a ponto de eles poderem escolher quais profissões têm interesse em exercer.

Assim, a educação profissional passou a apresentar-se apenas como alternativa de educação destinada aos sujeitos menos favorecidos economicamente, para que a demanda por mão de obra barata e especializada fosse suprida no mercado de trabalho. Deste modo:

A educação profissional está concebida sob um paradigma pedagógico que, embora novo do ponto de vista da sua incorporação oficial, já há algum tempo frequente e inspira muitos discursos e estudos, sem estar, ainda, presente de forma significativa na real prática educacional. De acordo com esse paradigma e como resposta ao novo perfil que a laboralidade ou a trabalhabilidade vem assumindo, o foco central da educação profissional transfere-se dos conteúdos para as competências. (BRASIL, 2000, p. 9).

Consideramos que os cursos oferecidos pelas escolas profissionais apresentavam e ainda apresentam considerável importância para a educação em nosso país, pois, estas escolas possibilitam aos seus alunos o ingresso do mercado de trabalho, todavia, elas não garantem

sempre que todos os seus estudantes tenham êxito em carreiras profissionais que exigem maior preparo intelectual. A ideologia da empregabilidade é disseminada aos indivíduos, que devem estar em constante formação a fim de se manterem sempre qualificados, tornando-se aptos a uma vaga de emprego, em uma sociedade com um índice imenso de desemprego.

Da mesma forma, contribui para a educação profissional a melhoria da qualidade da educação; a formação baseada nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; o cumprimento do princípio da gestão democrática da educação pública; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; a efetivação da aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; a justa valorização dos (as) profissionais da educação, que não significa somente o aspecto financeiro, mas de condições adequadas de trabalho e ainda, o respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental, por vezes deixado em último plano. (VIEIRA e SOUZA JÚNIOR, 2016, p.162)

Para superar problemas no ambiente de trabalho, algumas iniciativas, como o trabalho centrado, favorecem o surgimento de questões a serem resolvidas individualmente ou, de preferência, em grupos, despertando a mobilização de competências e conhecimentos já construídos em novas situações. Deste modo, tais práticas corroboram com os conhecimentos já adquiridos pelos estudantes e favorecem a construção de novos conhecimentos, através de um currículo que priorize o ser humano em toda sua completude e complexibilidade, entendendo que o indivíduo deve escolher sua profissão pelos seus interesses, e não somente de acordo com o que a sociedade capitalista sugere apenas para suprir a demanda por mão de obra barata requerida pelo mercado.

Compreendemos que a educação por si só não pode ser o único fator responsável por toda exclusão social existente em nosso país, já que há diversos outros fatores políticos e econômicos que também promovem essa exclusão. Desta forma, defendemos que a educação profissional deve auxiliar os estudantes como um todo, na compreensão da nossa atual sociedade tecnológica, do nosso sistema de produção, e o contexto social e econômico onde estes estudantes se encontram. Assim como menciona Vieira (2021) acreditamos que:

O processo de formação educacional seja ele na família, religião, escola e comunidade, ou melhor, educação formal e informal é e foi toda ela permeada pelas relações ideológicas pautadas nos interesses de uma sociedade política e economicamente capitalista na qual é dependente das relações de trabalho que nós somos explorados. Esta sociedade necessita acumular capital e o trabalho do cidadão não será pago de forma justa, ou seja, o mínimo possível. Para isso é necessário incentivar a prática consumista do cidadão, deixando-o cada vez mais dependente do trabalho e a aceitação das condições e formas estabelecidas pelo contratante. (VIEIRA,

2021, p. 28)

Percebemos como imprescindível que o ensino profissional se preocupe com as questões econômicas e sociais dos nossos estudantes como um todo. Para isso, é preciso identificar estratégias para a superação das dificuldades, buscar informações, pois, nós acreditamos que seja esse caminho que deve ser seguido pela educação profissional no Brasil nos dias atuais. Precisamos encontrar trajetórias pedagógicas que proponham a integração dos recursos em situações reais do cotidiano. Sendo assim, é importante construirmos uma educação profissional que supere os currículos prontos, mas que ofereça um currículo problematizador da realidade.

Nós, professores, estamos em uma encruzilhada, porque nossas escolas não estão preparadas para trabalhar com essas mudanças diárias que a tecnologia proporciona. Não conseguimos perceber o que realmente acontece e passa pela cabeça desta geração conectada. Estamos amarrados, na maioria das vezes, em um currículo engessado, com propósitos rígidos a seguir, sem a abertura para novas aventuras e conexões. Nossas escolas, na maioria das vezes, estão obsoletas em relação ao acesso às tecnologias e não conseguem acompanhar os seus avanços. (MIGUEL, 2014, p. 28)

A reflexão dos docentes e dos especialistas em educação, é a de que a educação profissional precisa estimular o autoconhecimento do indivíduo, e o conhecimento do lugar que ele ocupa na sociedade, emancipando-o por meio da educação, ensiná-lo a questionar a sua própria vida e o mundo, sem o viés da doutrinação do consumismo. Sendo assim,

Educação é um processo social que tem como objetivo central o processo de socialização do indivíduo, pois este não é exclusivo e sim um ser social. Sabemos que quem estabelece o sentido para o que deseja/gosta de aprender é o indivíduo, mas não podemos esquecer que é a sociedade que o instrumentaliza, ou seja, fornece a formação, segundo a sua comunidade, construindo junto ao cidadão uma concepção de bom/ruim, bonito/feio, correto/incorreto, entre vários outros parâmetros culturais e ideológicos. Infelizmente não podemos dizer que cada indivíduo tem o seu gosto, pois o gosto é construído culturalmente. (VIEIRA, 2021, p.24)

As instituições de educação profissional utilizam equipamentos de última geração que se adequam a cada fase de inovação de trabalho. Na era industrial eram esteiras, maquinários enormes que aos poucos foram sendo substituídos por novos modelos, mais compactos, outras vezes por computadores, sempre com o objetivo de preparar seus alunos para o mercado de trabalho.

A realidade da educação profissional no Brasil, seja pela herança de uma relação escravista, ou pela má gestão dos recursos financeiros, por meio do desvio de verbas

educacionais dos cofres públicos, acabam por perpetuar um ciclo de exploração social e econômica daqueles cidadãos mais vulneráveis. Acreditamos que o povo padece, e é dominado, permanecendo numa condição de dependência dos recursos enviados, por países de maior desenvolvimento econômico que o nosso. Desta maneira, acreditamos que:

Na hipótese de que o MEC pretenda fazer a transposição de um modelo, é imprescindível explicitar que vertente do modelo de competência pretende adotar, porque, de um lado, não há consenso sobre o significado do conceito de competência e, de outro, também em face disso, mas não exclusivamente, porque os modelos variam de país para país. Temos, por exemplo, notícias de que o Serviço Nacional da Indústria - SENAI - trabalha com algo próximo ao modelo inglês. Mas há também, em outras esferas, referências a um modelo argentino do qual estaria muito próximo o que se pretende introduzir no Brasil. Na hipótese de que o MEC intente construir um modelo próprio, também é imprescindível que ele esclareça em quais referências pretende se apoiar. O esclarecimento é necessário porque, qualquer que seja a privilegiada, ele mapeia os terrenos teórico e político em que o debate e as ações deverão se situar. (FERRETI; SILVA JÚNIOR, 2000, p. 52)

Em consonância com o que afirmam os autores acima, nós acreditamos que a formação de estudantes críticos por meio da educação possa modificar o mundo em que vivemos. “A crescente necessidade de formar sujeitos de forma crítica, para que tenham condições de se mobilizar contra a classe que explora na luta por melhores condições de trabalho e salário digno, é motivo de discussões nos bancos escolares” (LIMA, 2013, p. 109). Pessoas bem-educadas, bem orientadas, cientes de seus direitos e deveres não se vendem, não aceitam barganhas, elas mudam o mundo, elas inventam tecnologias, porque o ser humano é capaz de muitos feitos.

É preciso que os estudantes se profissionalizem e estejam em constante aprendizado para conseguirem acompanhar as evoluções em todas as áreas da sociedade, devem buscar um constante aperfeiçoamento afim de não perderem oportunidades de conhecimento, estudos e concorrência no mercado de trabalho. Mesmo sabendo que as oportunidades ainda são menores para as pessoas de baixa renda, perfazendo e aumentando o número de pessoas em miséria extrema, desempregados, desalentados e sem perspectiva alguma de melhoria de vida. Assim se faz necessário que a formação dos docentes também esteja alinhada à concretização de assistência ao estudante como mencionam os autores (VIEIRA e SOUZA JÚNIOR, 2016),

A formação contínua de docentes que atuam na educação de jovens adultos e na educação profissional está prevista e é uma das estratégias que pode garantir a concretização do programa, além do programa nacional de assistência ao estudante, para garantir não somente o acesso, mas a permanência dos estudantes e a conclusão com êxito da educação de jovens

e adultos articulada à educação profissional. (VIEIRA e SOUZA JÚNIOR, 2016, p.164).

Portanto a educação profissional precisa não apenas oferecer a formação de técnicos de nível médio, mas também a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, promovendo a atualização tecnológica e um permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva. Contudo, nós reconhecemos por outro lado que, determinados conceitos que norteiam as relações produtivas e educativas, mascaram o discurso capitalista sobre a realidade de desvalorização do trabalho em função do aumento das taxas de lucro, e do acúmulo de capital pelos donos dos meios de produção, enquanto que, os cidadãos trabalhadores que só puderam ter acesso à educação profissional, que os capacitou apenas para recebem salários bem abaixo dos seus patrões, estão obviamente em desvantagem. Pois, neste caso, a educação profissional no Brasil, historicamente infelizmente acabou destinando determinados sujeitos para ocuparem determinadas classes sociais.

Considerações Finais:

O ensino nos abre espaços que por muitas vezes, em toda a caminhada já vivida não nos foram propostos o conhecimento necessário. Devemos sempre ter fome e sede de aprender e se aperfeiçoar para que as melhores oportunidades não nos escapem pelos dedos.

As perspectivas para a modalidade do Ensino Profissional no Brasil, tanto na qualificação como no nível técnico, caminham com certo avanço, mas com a necessidade de constantes melhorias.

O mercado do ensino profissional está em constante consolidação, nosso país está cada vez mais conectado aos interesses mundiais capitalistas e em constante transformação requerendo cada vez mais mão de obra qualificada.

Penso que consegui mostrar um pouco minha trajetória escolar e a menção ao tema de destaque da História da Educação Profissional no Brasil, iniciado no semestre passado e finalizado na disciplina TCC II, deste semestre.

A busca por conhecimento e aperfeiçoamento deve ser constante, lembrando que não existe idade para nada, tudo pode ser feito enquanto a vida existir.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Educação profissional: referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico*, Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN*, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>, > Acesso em 21 jun 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, *Uberlândia Ontem e Hoje*, 2020. Disponível em : <<https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/institucional/conheca-uberlandia>> Acesso em: 29 out 2021.

FERRETTI, C. J. e SILVA JÚNIOR, J. R. Educação profissional numa sociedade sem empregos. *SciELO - Scientific Electronic Library Online*, n. 109, mar. 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000100003>> Acesso em 07 jun. 2021.

Figura 1 - Fotografia da cidade de Uberlândia. Vista aérea de Uberlândia em 1942. Fonte: Acervo de João Quituba. Disponível em: <<https://www.curtamais.com.br/uberlandia/20-fotos-rarissimas-de-uma-uberlandia-que-voce-provavelmente-nao-conheceu>>. Acesso em 28 out 21.

Figura 2 - Imagem da Escola Estadual Bueno Brandão. Escola Estadual Bueno Brandão. Fonte: Antônio José Cordeiro de Freitas. Disponível em: <<https://cordeirodefreitas.files.wordpress.com/2013/08/imagem2.jpg>>. Acesso em 30 out 21.

FIRMINO, C. A. B. *A pedagogia de competências na reforma da educação profissional no Brasil: entre a teoria e a prática escolar*. 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2005.14>>. Acesso em 5 jun 2021.

GARCIA, A. C. ; DORSA, A. C. ; OLIVEIRA, E. M. ; CASTILHO, M. A. *Educação Profissional no Brasil: Origem e trajetória*. *Revista Vozes dos Vales: Publicações acadêmicas* n. 13, mai. 2018. Disponível em: <<http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf>> Acesso em 07 jun 2021.

IBGE, Brasil/ Minas Gerais / Uberlândia ,2017 . Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>> Acesso em 28 out 2021.

LIMA, D. L. D. Reflexões sobre a História da Educação Profissional no Brasil: Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. *Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS* Disponível em

:<<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/3580/1892>> Acesso em 07 jun 2021.

MIGUEL, A. C. C. *Letramento e Práticas pedagógicas na Educação Profissional: Um Estudo de Caso de Formação Continuada para as Mídias para os Professores do SENAI/SC*. 2014. 299 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130943/332772.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 30 out 2021.

POLI, C.M. Ensino médio profissionalizante: quem o quer? A quem ele serve? Campinas, (dissertação de mestrado, UNICAMP), 1999. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/ensino-medio-profissionalizante-quem-o-quer-a-quem-ele-serve,62670f58-315c-4089-8193-c6fa404243ee>> Acesso em 30 out 2021.

VIEIRA, A. M. D. P. ; SOUZA JÚNIOR, A. A Educação Profissional no Brasil. *Revista Interações*
Disponível em :<<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/10691-Texto%20do%20Trabalho-31936-1-10-20170116.pdf>> Acesso em 07 jun 2021.

VIEIRA, M. Sociedade Trabalho e Educação II . Coleção Pedagogia a Distância UFU/UAB . Uberlândia MG: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Aberto do Brasil, 2013.

VOLPATO, G. L. ; CRUZ, M. I. A. . Sugestões para elaboração de um memorial.
Disponível em: <<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/MEMORIAL.pdf>> Acesso em 4 jun 2021.

WITTACZICK, L. S. (2008). Educação Profissional no Brasil: histórico. *Revista E-Tech: Tecnologias Para Competitividade Industrial - ISSN - 1983-1838*, 1(1), 77–86.
<<https://doi.org/10.18624/e-tech.v1i1.26>>. Disponível em :<<https://etech.sc.senai.br/edicao01/article/view/26>> Acesso em 06 jun 2021.